

Mensagem AL Nº 5.576/2026

Mensagem nº 09/2026.
Salvador, 14 de maio de 2026.

Senhora Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, no prazo constitucional, para a apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que “*dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2027, na forma que indica, e dá outras providências*”.

Em consonância com as disposições constitucionais e com a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, que regem a matéria, a presente Proposição dispõe sobre as diretrizes, orientações e critérios para a elaboração e execução dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, e de Investimentos das empresas sob controle do Estado, para o exercício de 2027. Trata, ainda, sobre a Política de Recursos Humanos e das despesas com pessoal e encargos sociais do Estado, as alterações da legislação tributária e da Política de Aplicação de Recursos da agência financeira oficial de fomento, fortalecendo a transparência dos processos de alocação e aplicação dos recursos públicos no referido exercício financeiro.

Ademais, elenca os dispositivos referentes às prioridades e regras para a alocação dos recursos, as regras de limitação de empenho e movimentação financeira, bem como as disposições sobre as transferências voluntárias aos municípios e a destinação de recursos públicos às entidades privadas.

Importante ressaltar que este Projeto de Lei foi elaborado em um cenário macroeconômico permeado por incertezas, conforme conjuntura econômica apresentada a seguir.

Ao longo dos últimos anos, a economia mundial vem passando por transformações relacionadas ao aumento das tensões geopolíticas e comerciais. As incertezas quanto à duração e o risco de novos conflitos em escalada mundial afetam, especialmente, o ambiente econômico. Como consequência, impactos importantes são percebidos nos níveis de investimentos de setores estratégicos, no mercado de *commodities* e nas expectativas de inflação. Nesse sentido, as perspectivas futuras indicam grandes desafios para a economia mundial.

Excelentíssima Senhora

Deputada IVANA TEIXEIRA BASTOS

Digníssima Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia

Nesta

Em estudos recentes divulgados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), constata-se que, além do custo humano provocado pelas guerras, as perdas econômicas são significativas tanto para os países em conflito quanto para os países vizinhos e, inclusive, para os seus principais parceiros comerciais, que tendem a sentir os impactos desses choques. Assim, os efeitos dos conflitos bélicos extrapolam as zonas de combate, impondo difíceis dilemas macroeconômicos que podem perdurar por muitos anos.

O mais recente Panorama Econômico Mundial do FMI, publicado em abril, projeta um crescimento da economia mundial de 3,1% para 2026. Esse valor é inferior ao registrado em 2025 (3,4%). A expectativa de desaceleração deve-se, sobretudo, às perturbações decorrentes do conflito no Oriente Médio, parcialmente compensadas pela continuidade de indicadores positivos e pela redução das tarifas norte-americanas. Ainda segundo o FMI, a inflação global deve situar-se em torno de 4,4% em 2026.

Para a economia brasileira, considerando o panorama desafiador da economia mundial, que inclui a continuidade de políticas monetárias contracionistas, altos níveis de dívida, riscos climáticos e a manutenção das guerras, faz-se necessária a manutenção de uma postura defensiva e cautelosa diante dos desdobramentos econômicos que poderão influenciar a dinâmica interna.

Conjuntura Econômica Nacional e Baiana

O desempenho da atividade econômica brasileira em 2025 surpreendeu positivamente. A despeito do ritmo de expansão ser considerado inferior ao observado nos últimos anos, o Produto Interno Bruto (PIB) alcançou crescimento de 2,3% em relação ao ano anterior. Esse resultado, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), refletiu a expansão das atividades de Agropecuária (11,7%), dos Serviços (1,8%) e da Indústria (1,4%).

De acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE), várias culturas registraram crescimento da produção em 2025. O resultado positivo alcançado pelo setor de Agropecuária deveu-se, principalmente, ao aumento na produção e aos ganhos de produtividade de diversas culturas, com destaque para o milho (23,6%) e a soja (14,6%), que atingiram níveis recordes. A Pecuária também contribuiu positivamente.

Ainda de acordo com o IBGE, o resultado do setor de Serviços foi influenciado pelo crescimento em todas as suas atividades: informação e comunicação (6,5%), atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (2,9%), transporte, armazenagem e correio (2,1%), outras atividades de serviços (2,0%), atividades imobiliárias (2,0%), comércio (1,1%) e administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (0,5%).

Quanto ao desempenho do setor Industrial, a extração de petróleo e gás foi o principal fator a impulsionar o valor adicionado das Indústrias Extrativas, que encerram 2025 com alta de 8,6%. A Construção também cresceu, ainda que de forma modesta (0,5%). Por outro lado, a atividade de eletricidade e gás, água, esgoto, gestão de resíduos apresentou discreta queda (-0,4%), que pode ser atribuída à piora das bandeiras tarifárias. Já a indústria de transformação, impactada pela diminuição da produção de derivados de petróleo, de produtos de metal e de bebidas, encerrou o ano de 2025 com uma leve retração (-0,2%).

Pela ótica da despesa, os aumentos na importação de bens de capital e no desenvolvimento de *software* mais que compensaram a queda na produção interna desses bens, resultando em um crescimento de 2,9% na Formação Bruta de Capital Fixo. A despesa de consumo das famílias registrou um incremento de 1,3%, devido à melhora no mercado de trabalho, à expansão do crédito e aos programas governamentais de transferência de renda. Já a despesa de consumo do governo cresceu 2,1%.

No setor externo, segundo o IBGE, houve alta de 6,2% nas Exportações e de 4,5% nas Importações de Bens e Serviços. Os principais fatores que influenciaram a corrente de comércio exterior foram, no âmbito das exportações, a extração de petróleo, veículos automotores e agropecuária. Já nas importações, os destaques ficaram por conta de outros equipamentos de transportes, máquinas e equipamentos e produtos químicos.

Dados sobre o mercado de trabalho no país em 2025, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do IBGE, evidenciaram uma taxa anual de desocupação de 5,6%, o menor índice da série histórica iniciada em 2012. O resultado representou um recuo de 1,0 ponto percentual frente à média de 2024 (6,6%). No mercado formal, segundo o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), em 2025 foram gerados 1.279.498 postos de trabalho. O número de empregados com carteira de trabalho aumentou em 2,7% ao longo do ano.

Com relação ao Estado da Bahia, segundo dados divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), vinculada à Secretaria do Planejamento (SEPLAN), o PIB estadual cresceu 2,7% em 2025, na comparação com 2024. O Valor Adicionado (VA) avançou 2,8%, enquanto os Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios cresceram 2,3%. A Agropecuária registrou variação positiva de 10,3%; a Indústria apresentou alta de 2,9%; e os Serviços cresceram 1,7%. O bom desempenho dos 03 (três) setores deveu-se, principalmente, às atividades da agricultura (11,9%), das indústrias extrativas (10,8%), da construção (2,4%), das atividades imobiliárias (2,4%) e do comércio (1,8%).

Segundo o LSPA/IBGE, o desempenho da agropecuária baiana deveu-se às variações positivas na produção de mandioca (14,7%), soja (14,3%), grãos (12,8%), cana-de-açúcar (12,6%), cacau (7,0%) e café (5,1%). O comportamento do setor em 2025 foi favorecido por condições climáticas propícias, que impulsionaram especialmente a produção de soja, principal produto da pauta exportadora do Estado, mesmo em um contexto de elevados custos de produção e de baixos preços das principais commodities agrícolas.

O crescimento registrado pelo setor de serviços baiano, ainda de acordo com a SEI, foi impulsionado pelo incremento verificado nas quatro principais atividades que o compõem: Atividades imobiliárias (2,4%), Comércio (1,8%), Administração Pública (0,8%) e Transportes (0,6%).

O resultado obtido pela indústria baiana decorreu do desempenho positivo de todas as atividades que compõem o setor: Indústrias extrativas (10,8%); Construção (2,4%); Eletricidade e água (2,2%); e Indústria de transformação (1,9%).

De acordo com o Boletim de Comércio Exterior da SEI, a conjuntura externa em 2025 mostrou-se desfavorável para a economia baiana. Com o cenário internacional adverso, as exportações baianas somaram US\$ 11,6 bilhões, registrando assim uma queda de 2,3% em relação ao ano anterior. Os preços médios dos produtos exportados explicam o desempenho negativo das vendas externas, resultado da nova realidade global marcada por incertezas sem precedentes pós-tarifa dos EUA, com a consequente desaceleração do crescimento econômico global, o que gerou redução dos preços das *commodities*.

Ainda de acordo com a SEI, as importações, por sua vez, somaram US\$ 9,3 bilhões, também acusando recuo de 12,8%, impactadas pela queda nas compras de Combustíveis e Lubrificantes, que fecharam 2025 com retração de 41,7%, sendo o único segmento a apresentar queda no ano. O setor de bens intermediários, que lidera a nossa pauta de importações, participação de 57,1% das compras, seguiu estável, crescendo apenas 0,5%.

As importações mantiveram, em 2025, os Estados Unidos como principal origem, com participação de 28,4%, embora com desembolsos em queda de 6,8% em relação a 2024. Observa-se, por outro lado, o avanço das compras provenientes da China, que já se posiciona como o segundo maior fornecedor do Estado, com desembolsos de US\$ 1,6 bilhão, 58,4% superiores aos do ano anterior, com destaque para veículos, fertilizantes, células fotovoltaicas e máquinas e equipamentos. O terceiro maior fornecedor foi a Costa do Marfim (US\$ 551 milhões), sobretudo de cacau em grão, cujos preços permaneceram elevados em 2025 em razão de problemas climáticos nos principais países produtores.

De acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego (Novo Caged), o número de empregos formais no Estado da Bahia mantém-se em trajetória ascendente. Em 2025, foram registrados 94.380 novos postos de trabalho, totalizando 2.232.149 vínculos celetistas ativos, o que representa uma variação de 4,41% em relação a 2024.

A SEI divulgou um panorama recente do mercado de trabalho baiano, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC/IBGE), comparando os resultados de 2025 aos de 2024 e apontando a continuidade da melhora nos principais indicadores de emprego e renda no Estado. Segundo o levantamento, a Bahia encerrou 2025 com taxa anual de desocupação de 8,7%, a menor da série iniciada em 2012, o que representa o quarto recuo consecutivo, um feito inédito.

No campo da renda, o rendimento médio real habitual de todos os trabalhos cresceu pelo terceiro ano consecutivo, alcançando R\$ 2.284, o maior valor desde 2020 e o terceiro mais elevado da série histórica. A massa de rendimento real habitualmente recebida por mês também atingiu recorde, ao somar R\$ 14,587 bilhões em 2025, configurando o quarto avanço consecutivo, movimento inédito na série, impulsionado simultaneamente pelo aumento do número de ocupados e pela elevação do rendimento médio. No cenário regional, a Bahia registrou a maior massa de rendimento habitual entre os estados do Nordeste e o sétimo maior montante do país.

Esses resultados refletem os efeitos dos esforços do Governo na realização de investimentos estruturantes e na geração de emprego e renda para a população baiana.

Perspectivas para 2026 e 2027

A Organização Mundial do Comércio (OMC) projeta, para 2026, aumento no volume do comércio, ainda que em ritmo desacelerado. Espera-se que o comércio de mercadorias e o de serviços cresçam 0,5% e 4,4%, respectivamente. Essas taxas são inferiores às registradas em 2025. Tais expectativas fundamentam-se em um cenário global marcado por incertezas decorrentes dos conflitos no Oriente Médio, do aumento dos custos tarifários em razão da política comercial norte-americana e das tensões comerciais entre Estados Unidos e China.

Segundo o FMI, o Brasil deve crescer 1,9% em 2026. Essa expectativa foi estruturada com base no argumento de que os efeitos do conflito no Oriente Médio sobre a economia brasileira serão mitigados, considerando que o país é um exportador líquido de energia, além de apresentar fundamentos econômicos sólidos, como nível adequado de reservas internacionais, baixa dependência de dívida em moeda estrangeira, expressivas reservas de caixa do governo e taxa de câmbio flexível.

Essa previsão de crescimento está alinhada às expectativas do mercado brasileiro, uma vez que o Boletim Focus do Banco Central, divulgado em 6 de março deste ano, projeta expansão do PIB do país de 1,8% em 2026. Para completar o cenário macroeconômico nacional, o mesmo boletim aponta inflação esperada de 3,9% e taxa básica de juros (Selic) de 12,0% ao final de 2026.

Mesmo em um cenário externo desafiador e diante de uma economia interna suscetível aos efeitos da política fiscal em um ano eleitoral, o Ministério da Fazenda aponta, para 2026, a manutenção do ritmo de crescimento e uma inflação próxima da meta, o que pode possibilitar a redução dos juros básicos. Segundo o órgão, políticas voltadas à transformação ecológica, a reforma tributária, a ampliação da capacidade de produção e exportação de petróleo e biocombustíveis, bem como os programas de transferência direta de renda, devem impulsionar a economia no período.

Cumprir destacar, ainda, anúncios recentes do Governo que, além de beneficiarem diretamente as famílias, impactam significativamente a demanda doméstica, como a nova versão do programa de renegociação de dívidas (Novo Desenrola Brasil) e o realinhamento do programa Reforma Casa Brasil. O primeiro busca reabilitar o crédito, estimulando o consumo de bens e serviços, enquanto o segundo tende a gerar efeitos expressivos na construção civil, setor com elevado potencial de geração de emprego e renda.

Para o Estado da Bahia, em 2026, de acordo com a SEI, o PIB deve crescer em torno de 2,1%. Essa expectativa se fundamenta na perspectiva de uma maior contribuição dos setores de Serviços e da Indústria. O setor de Serviços deve intensificar o ritmo de crescimento, respondendo aos efeitos multiplicadores dos investimentos previstos, mercado de trabalho aquecido e ao aumento da massa salarial, tendo em vista os fatores que influenciarão no aumento da renda disponível dos consumidores em 2026, ou seja, a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, o aumento do Salário-Mínimo e a expectativa da queda nas taxas de juros.

O setor industrial deve apresentar resultados positivos, especialmente nas indústrias de transformação e da construção, sustentadas por melhores condições financeiras, com as medidas de estímulo ao crédito e de incentivo ao investimento produtivo. O setor da construção deve ser impulsionado pelos investimentos do setor privado e pelas novas modalidades de crédito do setor habitacional. As expectativas para a indústria de transformação, em 2026, são positivas, com a retomada da produção do setor automotivo, agora com veículos elétricos, em pleno funcionamento e gerando milhares de empregos.

No que se refere a 2027, espera-se que a economia brasileira apresente desempenho moderado, em meio a desafios fiscais e monetários. Ainda assim, indicadores recentes apontam novas oportunidades de desenvolvimento em setores estratégicos, como infraestrutura e comércio internacional, além da perspectiva de aumento da confiança dos agentes econômicos. A ampliação dos investimentos, favorecida por um ambiente macroeconômico mais estável, pode impulsionar o desempenho do PIB nacional, projetado pelo Boletim Focus do Banco Central em 1,8% para 2027. A inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), deve situar-se em torno de 3,8%, enquanto a taxa Selic final do período é estimada em cerca de 10,5%.

Diante desse cenário, as projeções da SEI indicam que a economia baiana deverá crescer de forma consistente nos próximos anos, com expansão média de 2,1% ao ano entre 2027 e 2029, impulsionada pela maturação dos investimentos estruturantes realizados pelo Governo, por seus impactos no desenvolvimento estadual e pelo dinamismo do mercado de trabalho, que fortalece a demanda no Estado da Bahia.

O setor agropecuário baiano, em 2027, deverá voltar a crescer, compensando parcialmente a desaceleração da produção esperada em 2026. Para o próximo ano, projeta-se que o setor continuará a ser beneficiado pela demanda crescente por alimentos e pelos preços mais competitivos no mercado externo, apesar dos elevados custos de produção e da dependência de fatores climáticos.

Para a indústria, espera-se que o setor continue a contribuir positivamente em 2027. Com a perspectiva de redução dos juros, torna-se possível vislumbrar novos estímulos aos investimentos e o aumento da competitividade.

Para o setor de serviços, as previsões são otimistas, refletindo os efeitos multiplicadores dos investimentos previstos, o aquecimento do mercado de trabalho e a expansão da massa salarial.

No médio prazo, no âmbito do setor privado, há expectativa de ampliação dos financiamentos habitacionais, sobretudo com o aumento do acesso da população de menor renda, por meio do programa Minha Casa Minha Vida, o que tende a dinamizar o setor da construção. O cenário também se mostra mais favorável à medida que haja redução da taxa de juros e melhora das condições de crédito, especialmente após o Novo Desenrola Brasil. Ademais, projeta-se a expansão do volume de investimentos em setores de bens finais como alimentos, bebidas, calçados, vestuário, móveis e tecnologia, bem como no segmento de energias renováveis, a exemplo dos biocombustíveis (biomassa), que permanecem em trajetória de desenvolvimento no Estado.

No âmbito do setor externo, as expectativas para exportações e importações estão condicionadas ao cenário desafiador do comércio mundial, bem como às repercussões dos conflitos geopolíticos e das tensões comerciais. Ainda assim, espera-se que, ao longo de 2027, os preços médios das *commodities* voltem a crescer, em decorrência da perspectiva de expansão da economia global, ainda que em ritmo mais moderado.

Os investimentos do Estado da Bahia têm se mostrado fundamentais para a atividade econômica. A continuidade dos aportes públicos em infraestrutura, mobilidade e logística é determinante para ampliar a competitividade estadual. Nesse contexto, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) deverá beneficiar o Estado ao promover a expansão da infraestrutura nos próximos anos.

Destaca-se, ainda, a Ponte Salvador-Itaparica, investimento de grande porte capaz de dinamizar a economia das regiões envolvidas e de seu entorno. Paralelamente, o governo estadual segue empenhado na viabilização de projetos estratégicos, como iniciativas em energias renováveis, a FIOLE-1 (Ferrovia de Integração Oeste-Leste) e a renovação da concessão da Ferrovia Centro-Atlântica e o Tramo 4 do Sistema Metroviário, todos contemplados com recursos do PAC.

Nessa perspectiva, com efeito evidenciam-se ainda os investimentos do Estado da Bahia na implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), que, integrado ao Sistema Metroviário, representará um marco histórico para a mobilidade urbana na cidade de Salvador e em sua região metropolitana, com impactos diretos sobre o bem-estar da população de baixa renda, principal usuária do transporte público.

Diante desse contexto, mesmo em um cenário macroeconômico incerto e desafiador, espera-se que os fundamentos de uma gestão fiscal da administração estadual se mantenham como elemento central para a preservação do equilíbrio das contas públicas.

Por fim, as metas para os indicadores fiscais do Estado foram estabelecidas de modo a evidenciar o compromisso do Governo com a sustentabilidade da dívida e com os princípios da responsabilidade no uso dos recursos públicos, aspectos que poderão ser verificados no Anexo de Metas Fiscais deste Projeto de Lei.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência e aos seus dignos Pares as expressões de meu elevado apreço e distinta consideração.

JERÔNIMO RODRIGUES
Governador